

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

PROCESSO 14068/2023

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de SERVIÇOS CONTINUADOS DE DOSIMETRIA PESSOAL (monitorização individual externa e padrão) para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.2. Requisitante: Hospital Municipal Raul Sertã;
- 1.3. Fundamentação legal: A presente aquisição se dará preferencialmente por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020, salvo nos casos em que o valor não ultrapassar o limite de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) o que poderá dispensar a Licitação, com base nos arts. 24 da Lei 8.666/93, desde que não fracionado o elemento de despesa;
- 1.4. Tipo: Menor preço, nos termos da Lei 8.666/93;
- 1.5. Período: 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento contratual;

**2. DO QUANTITATIVO**

2.1. O quantitativo de dosímetros foi baseado sobre o total de profissionais expostos à radiação ionizante no Hospital Municipal Raul Sertã, conforme tabela abaixo:

CATSER	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE.
15121	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE DOSIMETRIA DE RADIAÇÃO (MONITORIZAÇÃO INDIVIDUAL EXTERNA E PADRÃO), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.	Mês	12
OBS.: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER EM REGIME DE COMODATO 44 (QUARENTA E QUATRO) DOSÍMETROS: 01 (UM) DOSÍMETRO PADRÃO, 01 (UM) DOSÍMETRO SUPERVISOR TÉCNICO E 42 (QUARENTA E DOIS) DOSÍMETROS TÉCNICO DE RAIOS X, PARA ATENDER O SETOR DE RADIOLOGIA DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ REALIZAR A LEITURA E REGISTRO DAS DOSES DE RADIAÇÃO RECEBIDAS POR CADA USUÁRIO MONITORADO BEM COMO PROCEDER COM A EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSIS E ANUAIS.				

2.2. O total de dosímetros indicado pelo Hospital Municipal Raul Sertã tem como base o quantitativo de profissionais atualmente lotados no Setor de Radiologia da Unidade de Saúde, conforme informações apresentadas pelo responsável técnico no documento acostado às fls. 03/04.

2.3. O dosímetro é utilizado para avaliar a dose de radiação em trabalhadores ocupacionalmente expostos a áreas supostamente contaminadas por radiação. Sua utilização se faz necessária nas diversas áreas prestadoras de serviços de radiologia médica, odontológica, radioterápica, medicina nuclear, etc.

2.4. O dosímetro padrão (referência) é utilizado para leitura indireta e deve ser mantido fora do alcance da radiação produzida no ambiente e utilizado como base para correção da radiação de fundo dos dosímetros individuais.

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, bem como contratação de serviços que visam à composição da sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente contratação é extremamente necessária uma vez que o dosímetro constitui equipamento indispensável de segurança para os profissionais expostos às radiações ionizantes, geradas pelos equipamentos de radiologia lotados nas unidades de saúde; a falta de controle das taxas mensais de radiação ionizantes gera riscos laborais para os profissionais que exercem continuamente atividade de exposição radiológica.

3.3. Esta contratação tem por finalidade assegurar as condições exigidas para aqueles funcionários que se expõem a radiação considerando que as taxas mensais permitidas são regulamentadas pela Portaria nº 4, de 11 de abril de 1994, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho, onde estão dispostos os valores máximos mensais de tolerância para Radiações Ionizantes. Considerando que a

Portaria nº 453/98, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica, em radiodiagnóstico médico/odontológico e, ainda, dispõe sobre o uso dos raios – X, diagnósticos em todo o território nacional, requisitos básicos de proteção radiológica, disciplina a prática com os raios-X para fins diagnósticos e intervencionistas, entre outras disposições, visando à saúde dos pacientes, dos profissionais e do público em geral.

3.4. Considerando que a medição individual de dosimetria é de suma relevância, haja vista a necessidade de resguardar a saúde dos trabalhadores, já que há individualização da dose de radiação recebida pelo usuário, também, permite visualizar a condição técnica de cada equipamento, uma vez que altas doses de radiação indicam, possivelmente, instalações com falha nas blindagens, equipamentos defeituosos ou, ainda, uso incorreto do equipamento. A presente contratação se torna relevante uma vez que a inobservância dos requisitos deste regulamento constitui infração de natureza sanitária, nos termos da LC 6437, de 25 de agosto de 1977, sujeitando o infrator às penalidades previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

3.5. A pretensa contratação visa atender a demanda da Unidade de Saúde pelo período de 12 (doze) meses.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do referido procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as

que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.1.1. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1. Elemento de despesa – 33.90.39.67;

5.1.2. Fonte de recurso-1600 – SUS;

5.1.3. Programa de Trabalho: 30001.1030200852.202;

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

## 6. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão realizados no Hospital Municipal Raul Sertã.

Endereço: Rua General Osório, 324 – Centro – Nova Friburgo/RJ, CEP:28625-630.

## 7. PRAZO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A presente contratação será prestada pelo prazo de 12 (doze) meses, devendo a contratada iniciar a prestação dos serviços no prazo de até 05 (cinco) dias após a assinatura do instrumento contratual.

## 8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, e suas modificações definidas no Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 9.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 9.1.3. FGTS;
- 9.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 9.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 9.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2. O pagamento da despesa será efetuado através de um valor fixo mensal pela prestação dos serviços.

9.3. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato.

10.1.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

10.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.1.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.7. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no presente instrumento.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1. Prestar serviços de aferição de radiação ionizante dos dosímetros individuais e do dosímetro padrão (referência) através de avaliação mensal das doses de radiação contidas nos equipamentos utilizados no presente contrato;

11.1.2. Leitura mensal das doses acumuladas, com o registro das doses individuais de exposição radiológica para cada um dos usuários dos dosímetros, além dos respectivos laudos;



11.1.3. Entregar os dosímetros à contratante até o 25º (vigésimo quinto) dia de cada mês;

11.1.4. Envio de relatório de doses (laudo) até 20 (vinte) dias após o recebimento dos dosímetros, e encaminhamento de uma lista mensal de registro de leitura dos dosímetros para o Hospital Municipal Raul Sertã;

11.1.5. O valor cotado pela prestação do serviço deverá incluir o valor do transporte da entrega e da devolução dos dosímetros;

11.1.6. O serviço é estimado, tendo como base as unidades e quantitativos do item 2.1;

11.1.7. Os quantitativos de profissionais que utilizam o serviço podem variar e a empresa contratada terá que suprir as possíveis readequações do quadro do item 2.2, para mais ou para menos, até 25% do valor do contrato;

11.1.8. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações vigentes, sejam de natureza trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária, ou qualquer outra natureza, que resultem em despesas decorrentes dos serviços prestados, assim como, despesas de eventuais circunstâncias não previstas, mas indispensável à execução das atividades;

11.1.9. Apresentar credenciamento junto a Comissão Nacional de Energia Nuclear;

11.1.10. Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

11.1.11. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.12. Realizar treinamentos, na Unidade de Saúde para usuários/operadores em relação aos procedimentos funcionais dos materiais, visando estabelecer rotinas para aumentar a vida útil dos mesmos;

11.1.13. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.14. Fornecer à Secretaria de Saúde os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Secretaria de Saúde;

11.1.15. Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos;

11.1.16. Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

11.1.17. Acatar as determinações do fiscal do contrato que poderá sustar, total ou parcialmente, a realização de serviços mal executados ou sempre que considerar a medida necessária;

11.1.18. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo

na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

11.1.19. Fornecer ferramentas, equipamentos, utensílios e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para o município;

11.1.20. Fornecer Laudo Técnico com recomendação de encaminhamento de equipamento / material para baixa sempre que o mesmo for considerado de recuperação antieconômica.

## 12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

## 13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	UNIDADE
DIANA ROQUE ECARD	063.230	GESTORA TITULAR	-
HIGOR DE BARROS PINTO	063.344	GESTOR SUBSTITUTO	-
NILSON ROÇAS FIGUEREDO	207.893	FISCAL TITULAR	HMRS
LEOPOLDINA DE FÁTIMA F. AZEVEDO	201.836	FISCAL SUBSTITUTO	HMRS
ANTÔNIO CARLOS SANT' ANA	207.630	SUPERIOR IMEDIADO	HMRS

13.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste Termo de Referência.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.2. Comete infração administrativa:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

15.4.1. Advertência;

15.4.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas ;

15.4.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.4.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.4.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.4.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.4.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

15.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

15.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

17.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços constante na IN – 5/2017 – Modelo Anexo VII-D.

## 19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo/RJ, 31 de maio de 2023.

Termo de Referência elaborado por:



Diana Roque Ecard  
Gestão de Processos, Contratos e Convênios  
Matrícula 063.230

Ratifico o teor do presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula 106.137